

evoy

20
25



Demonstrações Financeiras

Evoy Administradora de Consórcios Ltda.

30 de Junho de 2025



Barueri/SP, 22 de Agosto de 2025

Ao Banco Central do Brasil – BACEN

Referente: Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2025.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Evoy Administradora de Consórcio Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº **42.735.881/0001-39** neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre** findo em **30 de Junho de 2025**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- I. Relatório da Administração;
- II. Balanço Patrimonial;
- III. Demonstração de Resultado;
- IV. Demonstração Fluxo de Caixa;
- V. Demonstração do Resultado Abrangente;
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VII. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VIII. Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios;
- IX. Notas Explicativas da administração às demonstrações financeira;
- X. Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.

Por fim, cumpre salientar que a alta administração da **Evoy Administradora de Consórcio Ltda.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: 1SP 284247/O-4

I. Relatório da Administração

O 1º semestre de 2025 foi marcado por um desempenho financeiro e operacional expressivo da Administradora de Consórcios, consolidando sua posição de destaque no setor e confirmando a eficácia das estratégias adotadas.

No período, foram atingidos **R\$ 1.087.635.875,26** (um bilhão, oitenta e sete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) em créditos comercializados, representando um crescimento de **118,64%** em relação ao mesmo semestre de 2024. Esse foi reflexo não apenas da expansão sustentável da base de consorciados e da gestão eficiente dos grupos, mas também do contínuo investimento em tecnologia, aprimoramento da qualidade dos serviços, automação de processos e capacitação das equipes.

Nos **últimos meses**, a companhia **destinou** mais de **R\$ 1,2 milhões** em **tecnologia**, reforçando seu compromisso com a inovação, a agilidade e a eficiência de seus processos internos. Esse investimento estratégico tem permitido acelerar operações, elevar os padrões de atendimento e garantir maior confiabilidade e segurança às transações realizadas.

Além do desempenho econômico e tecnológico, a empresa reafirma seu compromisso social por meio do **Projeto Evoluídos**, iniciativa que tem beneficiado famílias em situação de vulnerabilidade com a distribuição de cestas básicas, produtos de higiene e cobertores. A ação busca promover dignidade, bem-estar e solidariedade, fortalecendo o papel da Administradora como agente transformador na sociedade.

Para a Administradora, o consórcio representa muito mais que uma operação financeira: é a concretização de sonhos de milhares de brasileiros. Atuamos como

facilitadores desse processo, proporcionando aos consorciados a realização de seus objetivos de forma planejada, acessível e segura.

A empresa mantém seu foco na excelência operacional, na inovação e na construção de relacionamentos duradouros com consorciados e parceiros. Os resultados positivos refletem ainda o fortalecimento da estrutura de governança corporativa e do programa de *compliance*, que asseguram integridade, transparência e estrito alinhamento às melhores práticas do mercado e às normas do Banco Central do Brasil.

Em linha com sua estratégia de expansão sustentável e com o amadurecimento de sua estrutura organizacional, o objetivo é ampliar a presença da marca em novas regiões do país, por meio de parcerias comerciais estruturadas e alinhadas aos elevados padrões de qualidade, ética e responsabilidade que orientam nossa atuação.

A seguir, os principais destaques operacionais do exercício:



A Administração agradece a confiança de todos os consorciados, colaboradores e parceiros, reiterando seu compromisso com a transparência, a excelência, a inovação e a geração de valor – pilares que sustentam nosso crescimento sólido e duradouro.

A DIRETORIA

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4

II – Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais)

ATIVO	NE	1º SEMESTRE		PASSIVO		1º SEMESTRE	
		2025	2024			2025	2024
CIRCULANTE	-	19.442	11	CIRCULANTE	-	5.543	1.677
DISPONIBILIDADE			3.075	PASSIVO CIRCULANTE			
DEPOSITO BANCARIO				OBRIGACOES A PAGAR			
CAIXA ECONOMICA		12	0	FORNECEDORES DE SERVIÇOS		2.197	576
CREDITO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.1	15.656	3.075	OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR			
				OBRIG. SOCIAIS, TRABAL. E PREVID.		17	20
				PROVISÃO P/ PROCESSOS JUDICIAIS		262	0
DIREITOS REALIZAVEIS				OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.4; 3.7	3.067	1.081
DUPLICATAS A RECEBER	3.2.1	817	1.740				
ADIANTAMENTO A TERCEIROS		756	372	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
ADIANTAMENTO DE SÓCIOS		1.485	0	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0	725
ACORDOS JUDICIAIS		363	72	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		0	725
IMPOSTOS RECUPERAVEIS	3.3	354	49	PATRIMONIO LIQUIDO	-	-	-
				CAPITAL SOCIAL	3.5	1.500	1.500
NÃO CIRCULANTE	-	2.195	288	RESERVA DE LUCROS		6.074	1.693
IMOBILIZADO				RESERVA LEGAL		378	78
BENS MÓVEIS		2.195	288	RESERVA DE LUCROS		5.696	0,0
				RESULTADO DO 1º SEMESTRE		8.520	1.615
TOTAL DO ATIVO		21.637	5.595	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.637	5.595

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III – Demonstração do Resultado Consolidado

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	1º SEMESTRE	
		2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS OPERACIONAIS	3.2.1	73.224	31.251
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		660	63
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		-8.296	3.567
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		65.588	27.747
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS		15	15
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		4.025	2.036
DESPESAS GERAIS			
DESPESAS GERAIS		48.393	23.187
DESPESAS FINANCEIRAS		35	46
DESPESAS TRIBUTARIAS		120	36
DESPESAS COM PROVISÕES		0	0
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		0	3
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS		5	2
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		12.994	2.428
CONTRIBUICAO SOCIAL	3.7	1.187	219
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	3.7	3.286	595
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.520	1.615

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IV- Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de Reais)

MÉTODO INDIRETO	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
- Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercício	8.520	1.615
- Ajustes ao lucro líquido:		
- Depreciações e Amortizações	0	0
- Créditos Diversos	-1.645	-540
- Outros Valores e Bens	0	-238
- Ajustes Variações das Contas do Passivo Operacional:		
- Fiscais e Previdenciárias	1.426	436
- Credores Diversos – País	599	383
- Exigível a longo prazo	-82	-275
- Caixa Líquido Proveniente das Atividades Oper. (1)	8.819	1.380
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Recebimento de novos investimentos	0	0
- Recebimento da venda de imobilizado	0	0
- Pagamento de novos investimentos	0	0
- Pagamento pela compra de bem para imobilizado	-1.818	-5
- Caixa Líquido Usado nas Atividades de Invest. (2)	-1.818	-5
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
- Empréstimos obtidos	0	0
- Aumento de Capital	0	0
- Pagamentos de dividendos	0	0
- Caixa Líquido Usado nas Atividades de Finan. (3)	0	0
4 - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	7.001	1.375
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.667	1.699
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	15.668	3.075
Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes	7.001	1.375

V – Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	EXERCÍCIO DE 2024	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	100%	5.995
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS PARA OS SÓCIOS	-	-
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES ANTES DA RECLASSIFICAÇÃO	-	-
AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECLASSIFICADOS PARA RESULTADO	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
PARCELA DOS SÓCIOS	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	5.995
(=) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS - NÃO CONTROLADOS	99%	5.935
(=) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS - CONTROLADO	1%	60
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	5.995

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VI – Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais)

EXERCÍCIO 2024	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS LEGAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS INICIAIS	1.500	78	0	0	1.578
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	5.995	5.995
DESTINAÇÃO DO LUCRO	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LUCROS	0	300	5.696	0	
DIVIDENDOS A PAGAR	0	0	0	0	0
DIVIDENDOS PAGOS	0	0	0	0	0
SALDOS FINAIS	1.500	378	5.696		7.574

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII – Demonstração dos Recursos de Consórcio (Em milhares de Reais)

ATIVO	RUBRICA	1º SEMESTRE		PASSIVO	RUBRICA	1º SEMESTRE	
		2025	2.024			2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	1.0.0.00.00-9-00	44.797	15.426	PASSIVO CIRCULANTE	4.0.0.00.00-6-00	44.797	15.426
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00-2-00	0	0	OUTRAS OBRIGACOES	4.9.0.00.00-3-00	44.797	15.426
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.00.00-6-00	0	0	OBRIGACOES DIVERSAS	4.9.8.00.00-9-00	44.797	15.426
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.92.00-00-3-00	0	0	OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS	4.9.8.82.00.00-7-00	14.253	5.342
				GRUPOS EM FORMAÇÃO	4.9.8.82.05.00-2-00	10	5
				RECEBIMENTOS NAO IDENTIFICADOS	4.9.8.82.07.00-0-00	1	0
APLICACOES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	1.2.0.00.00-5-00	22.299	7.574	CONTRCONSORCIADOS NÃO CONTEMP	4.9.8.82.10.00-4-00	14.242	5.336
OUTRAS	1.2.9.00.00-00-8-00	22.299	7.574	VALORES A REPASSAR	4.9.8.86.00.00-9-00	1.167	45
APLICACOES FINANCEIRAS	1.2.9.90.00-00-9-00	22.299	7.574	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4.9.8.86.10.00-6-00	337	-230
DISPONIBILIDADES DO GRUPO	1.2.9.90.12.00-4-00	5.471	1.893	PRÊMIOS DE SEGUROS	4.9.8.86.15.00-1-00	268	103
VINCULCONTEMPLADOS - DEMAIS A	1.2.9.90.35.00-5-00	16.828	5.680	MULTA E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.86.20.00-3-00	0	0
				MULTA RESCISÓRIA	4.9.8.86.22.00-1-00	530	164
				OUTROS RECURSOS	4.9.8.86.35.00-5-00	30	8
OUTROS CREDITOS	1.8.0.00.00-3-00	22.499	7.853	OBRIG.POR CONTEMPLA ENTREGAR	4.9.8.91.00.00-3-00	16.828	5.680
VALORES ESPECIFICOS	1.8.7.00.00-00-2-00	22.499	7.853	BENS PENDENTES DE ENTREGA	4.9.8.91.10.00-0-01	34.690	11.167
DIREITOS JUNTO A CONS CONTEMPL	1.8.7.93.00.00-2-00	22.499	7.853	(-) AQUISIÇÃO DE BENS	4.9.8.91.10.00-0-02	-19.487	-5.884
NORMAIS	1.8.7.93.05.00-7-00	22.438	7.818	ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITO	4.9.8.91.10.00-0-03	-1.276	8
EM ATRASO	1.8.7.93.15.00-4-00	61	12	RENDIMENTO VINCULADO CONTEMPLA	4.9.8.91.10.00-0-04	1.241	214
EM COBR.JUDICIAL -GR AND	1.8.7.93.20-6-00		22	DEVOLUÇÃO CANCEL/CONTEMP	4.9.8.91.10.00-0-07	1.200	176
				CONSORCIADOS CONTEMP EXCL/DES	4.9.8.91.20.00-7-00	460	0
COMPENSACAO	3.0.0.00.00-7-00	3.018.103	1.213.913	ATUALIZACAO DE CREDITO	4.9.8.91.20.00-7-03	1.204	0
CONSORCIO	3.0.7.00.00-00-6-00	3.018.103	1.213.913	(-) VALORES DEV.CANC/CONTEMP	4.9.8.91.20.00-7-08	-765	0
PREVMENSAL RECA RECEBCONSOR	3.0.7.75.00-00-4-00	3.928	1.845	REND. VINC. A CONTEMPLACAO	4.9.8.91.20.00-7-10	22	0
CONTRIBUICOES DEVIDAS AO GRUPO	3.0.7.78.00-00-3-00	1.537.224	619.057	RECA DEVA CONSORCIADOS	4.9.8.94.00.00-2-00	9.680	2.945
VRBENS OU SERVA CONTEMPLAR	3.0.7.82.00-00-4-00	1.476.951	593.011	ATIVOS - EM ANDAMENTO	4.9.8.94.10.00-9-00	1	0
				DESISTENTES OU EXCLUÍDOS	4.9.8.94.20.00-6-00	9.678	2.945
				RECURSOS DO GRUPO	4.9.8.98.00.00-4-00	2.870	1.414
				FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15.00-6-00	1.870	862
				FDO RESERVA TRANSFFDO COMUM	4.9.8.98.16.00-5-00	111	111
				FDO RESA RECCONSORCCONTEMPL	4.9.8.98.17.00-4-00	882	326
				RENDAPLICACOES FINANCEIRAS	4.9.8.98.20.00-8-00	-91	73
				MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RETI	4.9.8.98.30.00-5-00	237	71
				ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50.00-9-00	11.841	3.757
				(-) ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60.00-6-00	-11.981	-3.786
				COMPENSACAO	9.0.0.00.00-1-00	3.018.103	1.213.913
				CONSORCIO	9.0.7.00.00-00-0-00	3.018.103	1.213.913
				RECMENSAIS RECEBER CONSORCIAD	9.0.7.75.00.00-8-00	3.928	1.845
				OBRIGS.DO GRUPO POR CONTRIBUIC	9.0.7.78.00.00-7-00	1.537.224	619.057
				BENS OU SERV A CONTEMP-VALOR	9.0.7.82.00.00-8-00	1.476.951	593.011
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-00-9-00	3.062.900	1.229.340	TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99-00-3-00	3.062.900	1.229.340

VIII – Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos

(Em milhares de Reais)

ATIVO	2025	ACUMULADO	2024	ACUMULADO
DISPONIBILIDADES	15.552	0	3.893	
CAIXA	0	0	0	
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0	0	
CHEQUES EM COBRANCA	0	0	0	
APLIC. FINANC. GRUPO	5.627	0	1.742	
APLIC. FINANC. VINC. CONTEMPL	9.925	0	2.151	
(+) RECURSOS COLETADOS	92.493	233.727	39.622	77.395
CONTRIB. P/AQUISICAO DE BENS	16.012	37.144	7.057	11.861
TAXA DE ADMINISTRACAO	73.408	187.622	30.962	62.108
CONTRIBUICOES AO F.DE RESERVA	826	3.191	684	1.463
REND.DE APLIC.FINANCEIRAS	566	1.333	222	321
MULTAS E JUROS MORATORIOS	200	473	81	142
PREMIOS DE SEGUROS	1.469	3.871	594	1.466
CUSTAS JUDICIAIS	0	0	0	0
REEMBOLSO DE DESP. DE REGISTRO	0	0	0	0
OUTROS	12	93	22	34
(-) RECURSOS UTILIZADOS	85.747	211.428	35.942	69.821
AQUISICAO DE BENS	9.271	19.487	3.952	5.884
TAXA DE ADMINISTRACAO	74.699	187.285	31.215	62.338
MULTAS E JUROS MORATORIOS	100	236	41	71
PREMIOS DE SEGUROS	1.371	3.603	583	1.362
CUSTAS JUDICIAIS	0	0	0	0
DEVOLUCAO A CONSORCIADOS DESLI	292	765	136	145
DESPESAS DE REGISTRO DE CONTRA	0	0	0	0
OUTROS	14	52	15	21
DISPONIBILIDADES	22.299	22.299	7.573	7.573
CAIXA	0	0	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0	0	0
APLIC FINANC DO GRUPO	5.471	5.471	1.893	1.893
APLIC FINAN VINC CONTEMPL	16.828	16.828	5.680	5.680

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Balanço de 30 de Junho de 2025

1. Contexto operacional

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), é uma sociedade limitada que foi constituída de acordo com a Circular nº 3.260/04 do Banco Central do Brasil - BACEN, e teve seu funcionamento autorizado pelo BACEN a administrar grupos de consórcios, conforme publicação do Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021.

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Administradora de Consórcios Evoy.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 – As aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data

do balanço. As receitas de aplicações financeiras da Administradora são reconhecidas com base no valor justo por meio do resultado (VJR), conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 48, na Resolução CMN nº 4.966/2021, e na Resolução BCB nº 352/2023, aplicável às administradoras de consórcio.

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria têm suas variações de valor registradas diretamente no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, ainda que não haja resgate dos recursos.

Esse tratamento contábil segue as normas do COSIF e reflete com fidedignidade as alterações de valor dos ativos financeiros de acordo com as condições de mercado, assegurando a transparência e a aderência aos normativos contábeis e regulatórios.

3.2 - As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas *pro rata temporis* pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

3.2.1 - A Companhia está em processo de implementação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, que trata do reconhecimento da receita com base na transferência de controle de bens ou serviços ao cliente.

Durante o exercício de 2025, estão sendo realizados estudos e análises sobre os contratos com clientes, e os ajustes necessários serão realizados na contabilidade até dezembro de 2025. Até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações contábeis, mas eventuais efeitos serão divulgados oportunamente.

A administração reforça seu compromisso com a correta aplicação das normas contábeis e com a transparência das informações financeiras.

3.3 Impostos recuperáveis

O saldo de Impostos Recuperáveis é composto por valores de tributos pagos antecipadamente, retidos na fonte ou recolhidos a maior, os quais são passíveis de compensação ou restituição junto à Receita Federal e demais órgãos fiscais competentes.

Dentre os principais valores incluídos nessa conta, destacam-se:

- IRRF sobre aplicações financeiras, retido por instituições financeiras e passível de compensação com o imposto devido;
- Impostos pagos a maior ou indevidamente, incluindo tributos federais que serão objeto de pedido de restituição ou aproveitamento por meio de compensação;

3.4 Impostos e Contribuições a recolher.

Pis/Cofins - referente a rendimentos de aplicação financeira e ao faturamento, saldo referente ao mês 06/2025.

IRRF e CRF – Referentes aos serviços tomados obrigados a retenção, saldo referente ao mês 06/2025.

3.5. Capital Social

O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em 15/07/2021 com a constituição da empresa distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
Marcelo Luís Lucindo de Souza	1.485.000	R\$ 1.485.000,00
Elisabete Silva dos Santos	15.000	R\$ 15.000,00
TOTAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00

3.6. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 1º da Circular Bacen nº 3.524, de 03/02/2011, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido ajustado obtido através dos seguintes fatores:

PERÍODO 06/2025	
Saldo dos Grupos - Conta 09.0.0.0.0.-7 (4350)	22.299
(-) Aplicação Financeira Vinc. Contempl. - Conta 09.6.0.0.0-9 (4350)	-16.828
Passivo Circulante da Adm. - Conta 4.0.0.00.00-6 (4010)	5.543
(-) Pendente de Receb. Cobrança Judicial - Conta 4.9.8.93.2.0-9 (4010)	0
RESULTADO	11.014
Divisor	6
(=) Resultado da Divisão	1.835
Patrimônio Líquido Mínimo Exigido Bacen (1)	1.835
Patrimônio Líquido Dezembro 2024	7.574
Contas de Resultado Credoras - Conta 7.0.0.00.00-3	73.883
(-) Contas de Resultado Devedoras - Conta 8.0.0.00.00-2	-65.363
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	
(-) Lucros Distribuídos	0
Patrimônio Líquido Ajustado Jun/2025 (1)	16.094

3.7. Imposto de renda e Contribuição social

São calculados com base nos rendimentos tributáveis: o IRPJ pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício); a CSLL pela alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

IRPJ	02º TRIM-25	01º TRIM-25	CSLL	02º TRIM-25	01º TRIM-25
LUCRO REAL DO PERÍODO	6.375.049	6.618.483	(+) LUCRO ANTES CS	6.567.84	6.624.129
COMPENSAÇÃO 30% PREJ. FISCAL	0	0	(+) VR ACRESCIDO NA BASE DE CALCULO	0	0
BRINDES	14.621	4.254	(-) VR EXCLUÍDO BASE DE CALCULO	0	0
DOAÇÕES	3.965	1.392	(=) BASE DE CALCULO CS ANTES DA COMPENSAÇÃO	6.567.84	6.624.129
PROVISÕES INDEDUTÍVEIS	174.050	0	(X) ALÍQUOTA	9%	9%
LUCRO AJUSTADO TRIBUTÁVEL	6.567.685	6.624.129	(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO PERÍODO	591.091	596.172
X ALÍQUOTA	15%	15%	(+) RESÍDUO DO PERÍODO ANTERIOR	0	0
(=) IRPJ A PAGAR	985.152	993.619	(-) COMPENSAÇÃO PAGAMENTO A MAIOR	0	0
			(-) CONTR. SOCIAL FONTE	0	0
LUCRO REAL AJUSTADO DO PERÍODO	6.567.685	6.624.129	(-) DEDUÇÕES DO IMPOSTO	0	0
(-) PARCELA ISENTA	60.000	60.000			
BASE CALCULO DO ADICIONAL	6.507.685	6.564.129			
X ALÍQUOTA	0	0			
(=) IRPJ ADICIONAL A PAGAR	650.768	656.413			
+	985.152	993.619			
IR ADICIONAL	650.768	656.413			
(-) IR FONTE					
(=)	1.635.921	1.650.032			
DEDUÇÕES DO IRPJ PERÍODO					
IRPJ A PAGAR	985.152	993.619			
IRPJ ADICIONAL A PAGAR	650.768	656.413			
RESÍDUO DE PERÍODO ANTERIOR					
(-) COMPENSAÇÃO DE PERÍODO ANTERIOR	0	0			
(=) IRPJ A RECOLHER	1.635.921	1.650.032	(=) CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER	591.091	596.172

3.7 Eventos Subsequentes

Até a presente data não foram verificados eventos que possam alterar substancialmente a posição patrimonial da companhia.

3.8 – Contingências Passivas

A administradora possui processos judiciais em andamento que, conforme parecer do departamento jurídico podem ser consideradas de risco de perda provável, possível e/ou remota, conforme Pronunciamento Técnico CPC 25. Os processos de perda provável quando existentes são reconhecidos no balanço patrimonial em conta do passivo, até sua liquidação final. Com relação aos processos classificados como risco de perda possível e remota, quando existentes, não são constituídas provisões nas Demonstrações Financeiras, que com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administradora acredita que tais processos possivelmente não produzirão efeito material adverso em sua condição financeira.

Cível:

PROVISÃO DO 1º SEMESTRE 2025	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR TOTAL PROVISIONADO	RESTITUIÇÃO	INDENIZAÇÃO	HONORÁRIOS
PROVÁVEL	21	R\$ 262	R\$ 228	R\$ 19	R\$ 14
POSSÍVEL	34	R\$ 1.051	R\$ 647	R\$ 376	R\$ 27
REMOTO	285	R\$ 12.131	R\$ 7.074	R\$ 4.047	R\$ 1.011
RISCO BAIXADO	3				
TOTAL	343	R\$ 13.444	R\$ 7.949	R\$ 4.442	R\$ 1.052

(Em milhares de Reais)

4. Principais práticas contábeis – grupos de consórcio

4.1 – As aplicações financeiras vinculadas aos grupos foram efetuadas junto ao Banco Santander, demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2. – Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos do grupo de consórcio.

4.3 – A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio.

4.4 – No 1º semestre de 2025, a arrecadação com seguro prestamista atingiu o montante de R\$ 1.470.603,14, destinado ao grupo de consórcio. Esse importante instrumento contribui para oferecer maior segurança e tranquilidade tanto aos consorciados quanto aos seus familiares, assegurando a continuidade do grupo mesmo diante de situações imprevistas e reforçando o compromisso da Administradora com a proteção e o bem-estar de seus clientes.

5. Grupo de consórcio – informações complementares

DESCRIÇÃO	30/06/2025	%*
QUANTIDADE DE GRUPOS ADMINISTRADOS	9	
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO PERÍODO 01/25 A 06/25	70	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	9.470	
QUANTIDADE DE COTAS CONTEMPLADAS	437	
QUANTIDADES DE COTAS NÃO CONTEMPLADAS	10.783	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS QUITADOS	18	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS EXCLUÍDOS	21.094	222,74
QUANTIDADE DE BENS PENDENTES DE ENTREGA	242	
CONSORCIADOS INADIMPLENTES CONTEMPLADOS	41	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS INADIMPLENTES NÃO CONTEMPLADOS	3.624	38,27
(*) PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE CONSORCIADOS ATIVOS		

6. Instrumentos Financeiros

A administradora alterou as datas de previsão da implantação do plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução BCB nº 219 de 30.03.2022, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a

instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio, em virtude da alteração da Resolução BCB n° 92 de 06.05.2021, através da Resolução BCB n° 320 de 31.05.2023, que dispõe sobre a criação de novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif a partir de 1° de janeiro de 2025.

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Dirigentes da
EVOY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Barueri - SP
Prezados Senhores

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da EVOY Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evoy Administradora de Consórcio Ltda., em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Base para Opinião com Ressalva

A Administradora não observou a disposição contida na Resolução BCB N° 120, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a necessidade, por parte das administradoras de consórcio, de reconhecer e mensurar contabilmente as suas receitas e prestação de serviços em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Desta forma, não foi possível verificar com procedimentos alternativos de auditoria os efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade decorrente da não observância do CPC 47 em dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos da auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 18 de setembro de 2025.



LUÍS EDUARDO AZEVEDO
Contador CRC-SP-292909/O
Auditor Independente

FLÁVIO ANTONIO GARRIDO
Contador CRC n° 1SP-094509/O
Auditor Assistente